



Demonstrações Financeiras Auditoria



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024



Demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Conteúdo	Página
Relatório do Conselho de Administração	1 – 3
Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	4
Relatório dos Auditores Independentes	5-7
Balanço	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração das Variações no Capital Próprio	10
Demonstrações de Fluxos de Caixa	11
Notas às Demonstrações Financeiras	12 – 55
Outra informação	56 – 59

Relatório do Conselho de Administração

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico de 2024, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O desempenho económico-financeiro da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique durante o exercício económico de 2024 foi positivo, embora não satisfatório, devido a factores exógenos que condicionaram o desempenho, tais como às intempéries no primeiro semestre, em particular a passagem do ciclone Filipo, de 12 a 15 de Março e a tempestade INVEST 95S de 25 a 26 de Março, que assolaram com grande intensidade a zona Sul do País, tendo impactado negativamente no transporte ferroviário e no manuseamento portuário de mercadorias. Este desempenho foi também afectado pelos acidentes ferroviários a destacar: 46 descarrilamentos na linha de Sena, 10 na linha de Machipanda, 16 na linha de Limpopo, 17 na linha de Ressano Garcia, e 10 na linha de Goba, somando um total de 101 descarrilamentos no sistema ferroviário sul e centro sob gestão do CFM.

O desempenho da empresa ficou afectada pelas manifestações pós-eleitorais que assolam o país desde o mês de Outubro último, que caracterizam-se em bloqueios das vias, quer férreas como rodoviárias, conduzindo deste modo diversas paralizações das operações ferro-portuárias, incluindo a danificação das infraestruturas e equipamento ferroviário, tendo afectado a empresa em cerca da USD 17 milhões em perdas.

Apesar dos factores negativos arrolados acima, no sistema ferroviário, foram transportadas cerca de 27,34 milhões de toneladas líquidas, contra cerca de 34,55 milhões planeadas, representando uma execução de 79% e um crescimento de 3% relativamente ao período homólogo de 2023. Durante o período em análise, nas linhas sobre a gestão directa dos CFM, foram transportadas cerca de 12,87 milhões de toneladas líquidas contra 15.35 milhões planeadas, o que corresponde a uma realização de 84% em relação ao plano, e que corresponde a um crescimento de 4%, comparativamente a igual período do ano transacto onde foram transportadas 12.40 milhões de toneladas líquidas.

Em termos de transporte de Passageiros, apesar da paralisação dos comboios de passageiros no âmbito dos fenómenos acima arrolados, no corredor Sul e Centro, foram transportados 6.815.251 passageiros contra 6.490.527 do plano, que corresponde a uma realização de 105% e um crescimento de 3%, quando comparado ao período homólogo.

A área Portuária, não obstante os fenómenos atípicos arrolados acima, sob ponto de vista global, registou um nível de execução de 95% do plano e um incremento de 5% em relação à realização do igual período do ano anterior, ao manusear 66,51 milhões de toneladas métricas (mtm), contra 70,17 mtm planificados e 63,36 mtm registadas no igual período de 2023. Para os terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas durante este período cerca de 13,22 mtm, contra 12,27 mtm manuseadas em 2023, o que representa um crescimento na ordem de 8%, comparativamente a 2023.

Relatório do Conselho de Administração



A empresa CFM têm estado a empreender esforços na renovação e revitalização dos seus activos, por forma a dar mais eficiência operacional e aumento da sua capacidade de produção. Para tal, durante o exercício de 2024, investiu cerca de 7.612,1 milhões de Meticais (USD 120,3 milhões) em projectos ferro-portuários, o que corresponde a um nível de execução de 96% do orçamento aprovado.

Em termos globais, pese embora os fenómenos atípicos aqui arrolados, a empresa logrou em 2024 com um resultado líquido positivo, na ordem de 2.579,94 milhões de Meticais, representando um decréscimo de 13%, comparativamente a igual período de 2023 que registara 2.978,92 milhões de Mt.

O desempenho em apreço é resultado de entrega abnegada e cometimento incondicional de todos colaboradores da empresa associada a uma boa gestão dos meios e pessoas.

Em face dos desafios impostos pela conjuntura económica interna e internacional, continuamos focados na continuidade para resposta positiva e inequívoca às orientações do Governo no sector, quer através do PES-Plano Económico e Social, traçado para o ano 2024, ou pelo PQG 2020-24 – Plano Quinquenal do Governo para quinquénio 2020 a 2024, assim como para o novo ciclo de 2025 a 2029.

Relativamente a componente social, continuamos a prestar um serviço público de transporte ferroviário de passageiros com segurança e qualidade nas zonas urbanas, peri-urbanas e de longo curso bem como no suporte à Transmaritima, o Fundo de Transportes e comunicações, bem como as actividades desportivas.

Na componente do desenvolvimento do Capital Humano, lançamos a 5 de Março, o programa de formação em Contabilidade Analítica de 202 colaboradores, que inclui Gestores operacionais das Unidades de Produção e de Negócios (UPN), Gestores de projectos e Técnicos. Pretendemos abraçar um novo paradigma, criando mais competências e capacidade de “saber fazer”, o que implica mudança de atitude e comportamento na gestão de recursos em todos os níveis da empresa, incluindo alguns procedimentos administrativos e financeiros para minimizar o risco económico da empresa.

Ainda na componente do capital Humano, cientes de que os resultados da empresa são um contributo abnegado de cada um e de todos nós, formamos num total de 1261 colaboradores em diversas especialidades (manutenção ferro-portuária, operação ferro-portuária) bem como em áreas transversais.

Estamos, assim, a cumprir o nosso desiderato e a promover, económica e socialmente, os grandes objectivos que cometem não só o sector, mas sobretudo a empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique – E.P. (CFM).

Relatório do Conselho de Administração

Maputo, 13 de Maio de 2025



Eng. Agostinho Francisco Langa Junior
Presidente do Conselho de Administração



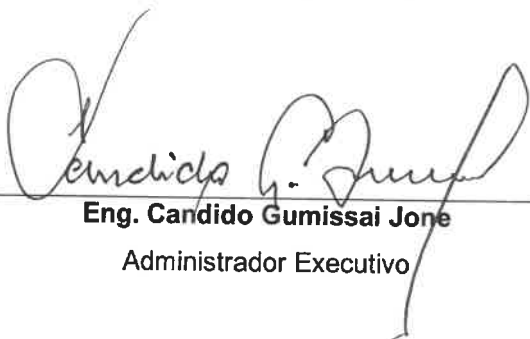
Dr. Joaquim Uelmo Zucule
Administrador Executivo



Eng. Aboobacar Adamo Mussa
Administrador Executivo



Dra. Selma Ferreira Daud Valy Dixon
Administradora Executiva



Eng. Candido Gumissai Jone
Administrador Executivo

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

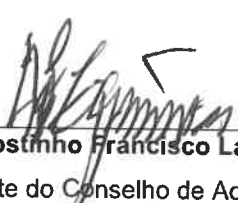
A Administração é igualmente responsável por manter um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. A administração é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. tem operado continuamente e continuará a operar num futuro previsível. A Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P não tem intenção e nem necessidade de cessar as operações ou reduzir significativamente o volume de vendas da empresa.

O auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos aspectos materiais em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P, como indicado acima, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Maio de 2025 e foram assinadas pelos seus representantes


Eng. Agostinho Francisco Langa Junior
Presidente do Conselho de Administração


Dr. Joaquim Uelemo Zucule
Administrador Executivo


Dr. Carlos Adriano Macamo
Director da Administração e Finanças



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas da

Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP, (a “Empresa”) constantes das páginas 8 a 55, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração de resultados, demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as presentes demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, em todos aspectos materiais, a posição financeira dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP em 31 de Dezembro de 2024, e seu desempenho financeiro e fluos do caixa do exercício findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC- NIRF).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas do nosso relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (*incluindo as Normas Internacionais de Independência*) (*Código IESBA*) juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade dos Administradores. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos nessa outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar a esse respeito. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores em Relação as Demonstrações Financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), assim como e pelos controlos internos que a administração determinar como necessários para permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Empresa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que os administradores tenham a intenção de dissolver a Empresa e cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter garantia de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Garantia de fiabilidade é um nível elevado de garantia mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregado, possam razoavelmente influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude ou erro, desenhamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtivemos um entendimento do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para propósitos de expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto de continuidade e com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a alcançar uma apresentação apropriada. Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de



auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Firma de Auditores Registada, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Abel Guaiaguala', written over a horizontal line.

Abel Guaiaguala, 04/CA/OCAM/2014

Sócio

14 de Maio de 2025

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Balanço em 31 de Dezembro 2024

	Notas	2024	2023
ACTIVOS			
<u>Activos não correntes</u>			
Activos tangíveis	5	71.925.074	71.480.926
Activos tangíveis de investimento	6	2.117.423	2.524.731
Activos intangíveis	7	66.923	68.111
Investimentos em subsidiárias e associadas	8	141.688	127.028
Outros activos financeiros	9	1.599.020	99.222
Activos por impostos diferidos	26.3	507.727	626.471
		76.357.855	74.926.490
<u>Activos correntes</u>			
Outros activos financeiros	9	121.547	111.593
Inventários	10	4.672.597	4.169.410
Clientes	11	3.159.432	3.302.093
Outros activos correntes	12	8.297.983	8.090.803
Impostos correntes	26.1	562.936	410.493
Caixa e equivalentes de Caixa	13	5.461.384	5.607.737
		22.275.879	21.692.129
Total dos activos		98.633.734	96.618.619
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
<u>Capital próprio</u>			
Capital social	14	1.242.981	1.242.981
Reservas	14	19.739.811	17.803.508
Resultados transitados		25.406.105	25.406.105
Resultados líquidos do exercício		2.579.942	2.978.929
Total do capital próprio		48.968.839	47.431.523
<u>Passivos não correntes</u>			
Empréstimos obtidos	15	9.958.056	10.437.928
Outros passivos financeiros	16	23.786.903	23.786.903
Outras contas a pagar	17	1.915.793	2.047.048
Provisões Fundo de Pensões	18	4.689.649	4.315.815
		40.350.401	40.587.694
<u>Passivos correntes</u>			
Empréstimos obtidos	15	4.106.746	1.881.480
Outros passivos financeiros	16	1.434.964	2.413.515
Outras contas a pagar	17	1.248.381	1.627.422
Provisões	18	142.571	196.659
Fornecedores	19	2.381.832	2.480.326
		9.314.494	8.599.402
Total dos passivos		49.664.895	49.187.096
Total do capital próprio e dos passivos		98.633.734	96.618.619

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Demonstração dos resultados por natureza do exercício findo em 31 de Dezembro 2024

	Notas	2024	2023
Vendas de bens e serviços	20	20.541.937	19.298.036
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	10,2	(1.225.265)	(1.163.336)
Custos com o pessoal	21	(7.057.310)	(7.410.949)
Fornecimentos e serviços de terceiros	22	(8.997.657)	(8.421.373)
Depreciações e Amortizações	5, 6, 7	(5.844.838)	(3.866.746)
Provisões	18	4.088	17.252
Ajustamentos de inventários	10	-	(936)
Imparidades de contas a receber	11,12	569.440	(270.083)
Reversão de imparidades de activos tangíveis	5	-	162.550
Reversão de imparidade de investimentos financeiros	8	14.659	14.310
Outros ganhos e perdas operacionais	23	4.471.224	3.272.218
		2.476.278	1.630.943
Rendimentos financeiros	24	2.915.573	3.537.906
Gastos financeiros	25	(1.081.566)	(367.014)
		1.834.007	3.170.892
Resultados antes de impostos		4.310.285	4.801.835
Imposto sobre o rendimento	26	(1.730.343)	(1.822.906)
Resultados líquidos do período		2.579.942	2.978.929

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Demonstração das variações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Ganhos e Perdas actuariais	Fundo social dos trabalhadores	Resultado transitado	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	1.242.981	368.232	12.717.098	2.091.640	1.209.980	25.406.408	2.360.929	45.397.268
Aplicação dos resultados	-	-	1.180.465	-	236.093	944.372	(2.360.930)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(944.675)	-	(944.675)
Xíporo – Fundo de Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.978.929	2.978.929
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	1.242.981	368.232	13.897.563	2.091.640	1.446.073	25.406.105	2.978.929	47.431.522
Aplicação dos resultados	-	-	1.638.411	-	297.893	1.042.625	(2.978.929)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(1.042.625)	-	(1.042.625)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.579.942	2.579.942
Saldo final de 2024	1.242.981	368.232	15.535.974	2.091.640	1.743.965	25.406.105	2.579.942	48.968.839

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		2.579.942	2.978.929
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Depreciações e Amortizações	5,6,7	5.844.838	3.866.746
Imparidades de contas a receber	11,12	(569.440)	270.083
Impostos sobre o rendimento	26	1.730.343	1.822.906
Provisões	18	(4.088)	(17.252)
Mais ou menos valias na alienação de activos	24	(10.889)	22.033
Ganhos/ perdas actuarias – Fundo Xiporo	18.3	373.834	1.245.657
Juros e Rendimentos similares (líquido)	24, 25	768.029	-
Reversão de Imparidade de activos tangíveis	5	-	(162.550)
Reversão de Imparidade de activos financeiros	8	(14.659)	(14.310)
Dividendos a receber	24	(1.687.333)	(2.200.364)
		9.010.577	7.811.878
Fluxos de caixa antes das alterações no capital circulante			
(Aumento)/diminuição em inventários	10	(503.187)	(230.493)
Aumento/(diminuição) em clientes e outras contas a receber	11	142.661	(2.381)
(Aumento)/diminuição em outros activos correntes	12	(207.180)	(1.308.276)
(Aumento)/diminuição em outros activos financeiros	9	(1.509.753)	-
Aumento/(diminuição) em fornecedores e outros passivos financeiros	19	(98.494)	1.515.234
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	16, 17	(1.357.594)	1.544.075
		5.477.030	9.330.036
Caixa gerada pelas actividades operacionais			
Imposto pago	26.3	(1.491.278)	(2.017.438)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		3.985.752	7.312.598
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição dos activos tangíveis		(5.841.958)	(11.287.094)
Investimentos em subsidiárias		-	(13.000)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis		16.005	-
Dividendos		1.768.857	1.705.935
		(4.057.096)	(9.594.159)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Juros e rendimentos similares		72.043	-
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		3.760.491	587.949
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		(2.030.357)	(1.741.999)
Dividendos	16.2	(1.042.625)	(1.382.192)
Juros		(834.561)	-
		(75.009)	(2.536.242)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento			
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(146.353)	(4.817.803)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		5.607.737	10.425.540
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13	5.461.384	5.607.737

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticais)

1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de Meticais e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 14 de Maio de 2025.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

De momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul e Centro);
- Terminal de Alumínio da Matola;
- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- Terminal de Carvão Cais 8 (TCC8);
- Porto de Quelimane;
- Porto de Nacala;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM. No ano de 2021 a MPDC passou a explorar a terminal de cabotagem de Maputo, que nos exercícios anteriores estava sob a gestão da Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.

Em 2021 foi liquidada a Sociedade de Terminais de Moçambique, (STM), que em 2020 explorava a terminal ferro-rodoviária das Mahotas, tendo passado para a gestão directa dos CFM o referido terminal.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;

2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2024, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 4.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2024, sendo apresentadas em milhares de Meticals arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticais)

3. Principais políticas contabilísticas**a) Transacções em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	Anos de vida útil
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 - 10 anos

Os CFM efectuam regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data do balanço, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo.

A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Outros passivos financeiros

Classificam-se nesta categoria os restantes empréstimos e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios de empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego. rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego.

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como gasto assim que se vencem.

A Empresa faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

Plano de benefícios definidos

No âmbito do Decreto nº 25/2009 de 17 de Agosto que Aprova o Regulamento da Constituição de Fundo de Pensões no âmbito da segurança social complementar a empresa celebrou o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Complementar Fechado dos Trabalhadores dos CFM, abreviadamente designado por XIPORO – FPCF/CFM. A gestão do fundo encontra-se à cargo da Moçambique Previdente – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões. SA cujo contrato foi celebrado em 9 de Agosto de 2017. Em 21 de Novembro de 2018 foi publicada a Ordem de Serviço nº. 7 com a comunicação dos termos e condições do Fundo. Esta Ordem de serviço previu imediatamente a entrada em vigor do Plano de Pensões no entanto, por dificuldades de natureza operacional o Fundo passou a estar em funcionamento a partir do exercício de 2019.

Para fundamento das responsabilidades com as pensões de reforma são feitas as seguintes contribuições:

(i) As contribuições da componente MZN correspondem a 10% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 7% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%;

(ii) As contribuições da componente USD correspondem a 12% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 9% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Usando da faculdade dos parágrafos 64, 65 e 66 da NCRF 19 – Benefícios dos Empregados, a empresa reconhece os ganhos/perdas actuarias e os custos com serviços passados directamente no capital próprio não sendo posteriormente transferidos para a demonstração dos resultados.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

i) Transporte Ferroviário de passageiros

O rédito relacionado com o transporte de passageiros é reconhecido com a venda dos bilhetes de viagem, onde no momento inicial é feito um recibo de adiantamento em contrapartida da conta do chefe da estação e posteriormente com o comprovativo de depósito da receita arrecadada da venda dos bilhetes é preenchido em triplicado o formulário C28 e entregue a fiscalização para aprovação da pré-factura e emissão da factura final. Uma vez que o sistema é integrado, no momento da emissão da factura, o rédito é automaticamente reconhecido.

ii) Transporte Ferroviário e manuseamento portuário de mercadorias

O rédito relacionado com o transporte ferroviário e manuseamento portuário de mercadorias é reconhecido quando os serviços são prestados. A prestação do serviço inicia com o preenchimento da Nota de Expedição pelo cliente, com indicação da origem da carga, destino, tipo e quantidade da mercadoria carregada e assinatura do expedidor, é preenchido o Modelo 9 que é remetido para a emissão da factura.

iii) Serviços marítimos

O rédito relacionado com os serviços marítimos é após apresentação da documentação que evidenciam a prestação do serviço. Este processo inicia com o anúncio do navio, apresentação do manifesto da carga e aquando do início da operação de descarga ou embarque é emitido o formulário 1125 com o resumo das operações que posteriormente segue para o processo de taxaço e emissão de pré-fatura e enviada para a fiscalização para validação e emissão da factura final.

iv) Concessões

O rédito relacionado com os contractos de concessões (renda variável e fixa) são reconhecidos com base nos termos dos contractos celebrados. As rendas variáveis são reconhecidas no final de cada mês com base nos relatórios estatísticos e de desempenho das concessionárias.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados dos CFM.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

5. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

<u>Custo</u>	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	51.003.438	30.144.043	3.614.953	12.442.010	97.204.444
Adições	15.414.640	6.563.590	340.227	9.440.452	31.758.909
Abates	(867)		(80.312)	-	(81.179)
Transferências	8.953.872	1.830.194	94.922	(10.878.988)	-
Reclassificações	(5.827)	(7.385)	14.362	(130.070)	(128.920)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	75.365.256	38.530.442	3.984.152	10.873.404	128.753.254
Adições	775.760	369.396	478.572	6.261.263	7.884.991
Abates	(6.588)	(29.233)	(125.515)	-	(161.336)
Transferências	7.528.219	2.962.217	17.281	(10.507.717)	-
Reclassificações	-	(36)	(3.089)	(1.994.884)	(1.998.009)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2024	83.662.647	41.832.786	4.351.401	4.632.066	134.478.900



Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Depreciações acumuladas:					
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	(36.076.884)	(17.430.526)	(219.514)	-	(53.726.924)
Depreciação do exercício	(1.791.624)	(1.457.928)	(363.285)	-	(3.612.837)
Abates	823	-	76.866	-	77.689
Reclassificações	2.231	2.398.391	(2.410.878)	-	(10.256)
Saldo final em 31 de Dezembro 2023	(37.865.454)	(16.490.063)	(2.916.811)	-	(57.272.328)
Depreciação do exercício	(2.238.612)	(2.750.447)	(441.175)	-	(5.430.234)
Abates	3.805	26.418	115.395	-	145.618
Reclassificações	-	-	3.118	-	3.118
Saldo final em 31 de Dezembro de 2024	(40.100.261)	(19.214.092)	(3.239.473)	-	(62.553.826)
<u>Quantia escriturada</u>					
31 de Dezembro de 2023	37.499.802	22.040.379	1.067.341	10.873.404	71.480.926
31 de Dezembro de 2024	43.562.386	22.618.694	1.111.928	4.632.066	71.925.074

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

Em 31 de Dezembro, os activos tangíveis em curso apresentavam a seguinte decomposição:

	Construção	Equipamento básico	Outros activos	Total
2024				
Investimentos em curso	4.318.083	311.306	2.677	4.632.066
2023				
Investimentos em curso	10.035.291	351.118	486.995	10.873.404

Construções

Os investimentos em curso nesta rubrica referem-se a: Construção de um porto seco em Pemba, conclusão da reabilitação da linha de sena – vila nova da fronteira e obras de reabilitação do Estádio da Machava.

Equipamento básico

Estão integrados como investimentos em curso nesta rubrica de equipamento básico: Conclusão da montagem de um Sistema Telecomunicações Ferroviárias. Reabilitação das casas protocolares nos portos de Nacala e Pemba e reabilitação do pavimento dos passeios do Complexo Mbau em Nampula.

6. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Total
<u>Custo</u>			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Ajustamentos	148	-	148
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	16.365.371	1.412.636	17.778.007
Ajustamentos	-	(244)	(244)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	16.365.371	1.412.392	17.777.763
<u>Depreciações acumuladas</u>			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	(13.489.017)	(1.358.168)	(14.847.185)
Depreciações do exercício	(394.637)	(290)	(394.927)
Ajustamentos	(11.089)	(75)	(11.164)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	(13.894.743)	(1.358.533)	(15.253.276)
Depreciação do exercício	(407.066)	(242)	(407.308)
Ajustamentos	(45)	289	244
Saldo final em 31 de Dezembro de 2024	(14.301.854)	(1.358.486)	(15.660.340)
<u>Quantia escriturada</u>			
31 de Dezembro de 2023	2.470.628	54.102	2.524.731
31 de Dezembro de 2024	2.063.517	53.906	2.117.423

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 24.

7. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	Software	Reservas de terra	Total
<u>Custos</u>			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	74.153	51.239	125.392
Adições	-	5.665	5.665
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	74.153	56.904	131.057
Adições	6.108	-	6.108
Saldo final em 31 de Dezembro de 2024	80.261	56.904	137.165
	Software	Reservas de terra	Total
<u>Amortizações acumuladas</u>			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	(54.911)	-	(54.911)
Amortizações do exercício	(8.778)	-	(8.778)
Ajustamentos	743	-	743
Saldo final em 31 de Dezembro 2023	(62.946)	-	(62.946)
Amortizações do exercício	(7.296)	-	(7.296)
Saldo final em 31 de Dezembro 2024	(70.242)	-	(70.242)
<u>Quantia escriturada</u>			
31 de Dezembro 2023	11.206	56.904	68.111
31 de Dezembro 2024	10.019	56.904	66.923

8. Investimentos em subsidiárias e associadas

Houve movimentos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas durante o exercício e apresentam-se como segue:

	2024	2023
Subsidiárias (Nota 8.2)	13.240	13.340
Associadas (Nota 8.2)	87.602	87.602
Outros instrumentos financeiros (Nota 8.2)	47.762	47.761
	148.604	148.703
Imparidade acumulada (Nota 8.1)	(6.916)	(21.675)
	141.688	127.028

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

8.1. Movimento da imparidade dos investimentos em subsidiárias e associadas

O movimento da imparidade acumulada é apresentado na tabela seguinte:

	2024	2023
Em 1 de Janeiro	(21.675)	(35.985)
Reversão	14.759	14.310
Em 31 de Dezembro	(6.916)	(21.675)

8.2. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação		Valor	
	2024	2023	2024	2023
Subsidiárias				
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	-	100	-	100
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100	100	240	240
CFM – Logistics	100	100	13.000	13.000
			13.240	13.340

	% de participação		Valor	
	2024	2023	2024	2023
Associadas				
DP World Maputo, S.A.	40	40	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.5	27.5	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33	33	3.795	3.795
Terminal de Cabotagem de Maputo	49	49	5.830	5.830
Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	49	49	11.270	11.270
Portos do Norte, S.A.	30	30	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20	20	6.000	6.000
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49	49	1.715	1.715
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50	50	6.000	6.000
			87.602	87.602

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

	% de participação		Valor	
	2024	2023	2024	2023
<u>Outros investimentos financeiros</u>				
Cimentos de Moçambique	1.60	1.60	39.748	39.748
Transcarga	17	17	14	14
Technoshore, Limitada	15	15	6.750	6.750
Beira Grain Terminal	15	15	405	405
Belavista Holding	65	65	845	845
			47.762	47.761

9. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica outros activos financeiros era como segue:

	2024	2023
<u>Não corrente</u>		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	1.599.020	99.222
	1.599.020	99.222
<u>Corrente</u>		
Adiantamentos ao pessoal	101.491	104.158
Acréscimos de juros a receber	23.516	18.627
Devedores diversos – Partes relacionadas	7.571	620
	132.578	123.405
Imparidade dos investimentos financeiros	(11.031)	(11.812)
	121.547	111.593
	1.720.567	210.815

Os suprimentos concedidos as subsidiárias dizem respeito maioritariamente ao saldo de 1.577 Milhões de meticals concedidos ao CFM Logisticts, reembolsável em um período entre 4 a 10 anos, a título gratuito, não incidindo sobre os mesmos juros remuneratórios.

	2024	2023
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros:		
Em 1 de Janeiro	(11.812)	(12.429)
Reversão	781	617
Em 31 de Dezembro	(11.031)	(11.812)

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

10. Inventário

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica inventários era como segue:

	2024	2023
Travessas	866.572	730.785
Material de construção	773.105	620.668
Peças e sobressalentes	3.016.984	2.792.379
Combustíveis e lubrificantes	32.291	41.787
Outros materiais	4.480	4.626
	4.693.432	4.190.245
Imparidade de Inventário (Nota 10.1)	(20.835)	(20.835)
	4.672.597	4.169.410

10.1 Imparidade de inventário

O detalhe dos movimentos relativos a imparidade de inventário é apresentado na tabela seguinte:

	2024	2023
Em 1 de Janeiro	(20.835)	(19.254)
Aumento	-	(1.581)
Em 31 de Dezembro	(20.835)	(20.835)

10.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos em 31 de Dezembro

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	4.190.245	3.958.816
Compras	1.728.452	1.394.765
Saldo final	(4.693.432)	(4.190.245)
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	1.225.265	1,163.336

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

11. Clientes

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	2024	2023
Tráfego	1.766.285	1.681.515
Concessionárias	880.168	1.039.341
Partes relacionadas	26.702	31.529
Administrações estrangeiras	274.289	304.097
Clientes de cobrança duvidosa	625.247	464.908
Outros clientes	202.743	235.549
	3.775.434	3.756.939
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	(616.002)	(454.846)
	3.159.432	3.302.093

11.1. Movimento das perdas por imparidade de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2024	2023
Em 1 de Janeiro	(454.846)	(775.132)
Reforço	(179.725)	(196.850)
Utilização	-	387.604
Reversão	18.569	129.532
Em 31 de Dezembro	(616.002)	(454.846)

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

12. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	2024	2023
Imposto sobre o valor acrescentado	5.596.864	4.956.117
Cauções	74.796	74.215
Gastos diferidos	99.133	61.456
Fundo Nacional de Dragagem (Nota 12.1)	1.941.318	1.911.201
Partes relacionadas	-	2.013
Adiantamentos à fornecedores	1.074.790	1.970.403
Acréscimos de rendimentos	2.733	123.505
	8.789.634	9.098.910
Perdas por imparidade acumuladas outros devedores (Nota 12.2)	(491.651)	(1.008.107)
	8.297.983	8.090.803

12.1. Fundo de Nacional de Dragagem

O Fundo Nacional de Dragagem, abreviadamente designado por FND, é instrumento de financiamento interno, sustentável e permanente, do sector de dragagens do País visando satisfazer não só as necessidades de investimento do sector, mas também, as necessidades de financiamento relativas às dragagens de manutenção dos portos nacionais. O CFM comparticipa em 42% e o FND em 58% nos custos das dragagens.

12.2. Perdas por imparidade acumuladas de outros activos correntes

O detalhe dos movimentos relativos as perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2024	2023
Em 1 de Janeiro	(1.008.107)	(805.286)
Aumento	-	(202.821)
Reversão	516.456	-
Em 31 de Dezembro	(491.651)	(1.008.107)

O valor apresentado na Demonstração de Resultados referente a reversão de imparidades de contas a receber inclui o movimento das imparidades do exercício das rubricas de clientes e outros activos correntes no valor de 355 milhões, sendo que, o remanescente refere-se a reversão de imparidades de IVA no montante de 144 milhões e 69 milhões de saldos de clientes feitos *write-offs* em exercícios anteriores, que no entanto viemos a receber os montantes no exercício corrente.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticais)

13. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro, a caixa e equivalentes de caixa apresentavam os seguintes valores:

	2024	2023
<u>Caixa</u>		
Meticaís	50	131
	50	131
<u>Depósitos à ordem</u>		
Meticaís	616.119	673.749
Dólar Norte-Americano	1.531.647	1.558.889
Rands Sul-Africanos	211.778	168.697
Euros	10.411	12.322
	2.369.955	2.413.657
<u>Depósitos a prazo</u>		
Meticaís	47.734	14.858
Dólar Norte-Americano	3.043.645	3.179.091
	3.091.379	3.193.949
	5.461.384	5.607.737

14. Capital social

		2024	2023
Estado Moçambicano	100%	1.242.981	1.242.981

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticaís e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano e não houve alteração durante o exercício findo em 2024 (2023: sem alteração).

Reserva Legal

Constitui reserva legal a parte dos excedentes de cada exercício que for anualmente destinada, nunca inferior a 10% dos mesmos. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras Reservas

As reservas para investimento e fundo social dos trabalhadores são constituídas de acordo com a deliberação da Assembleia Geral do sócio maioritário o Estado Moçambicano, com o propósito de realizar investimentos estruturantes para aumento da capacidade produtiva da empresa e desenvolvimento de actividades de carácter social relacionadas com os trabalhadores, respectivamente.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

15. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	2024	2023
<u>Não correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 15.1)	3.721.539	5.518.740
Financiamentos do Estado (Nota 15.2)	6.236.517	4.919.188
	9.958.056	10.437.928
<u>Correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 15.1)	3.765.104	1.801.938
Financiamentos do Estado (Nota 15.2)	341.642	79.542
	4.106.746	1.881.480
	14.064.802	12.319.408

15.1. Empréstimos bancários

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2024	2023
<u>Não corrente</u>					
ABSA Bank					
Moçambique	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	649.550	967.923
Banco Comercial					
e de Investimento	Term SOFR 3M +5.5%	USD	02/03/2028	1.016.497	1.468.057
Standard Bank	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	2.055.492	3.082.760
				3.721.539	5.518.740
<u>Corrente</u>					
ABSA Bank					
Moçambique	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	322.691	322.641
Banco Comercial					
e de Investimento	Term SOFR 3M +5.5%	USD	02/03/2028	451.780	451.710
Standard Bank	Term SOFR 3M +5.5%	USD	31/12/2027	1.027.746	1.027.587
Banco Comercial					
e de Investimento	Prime rate	MZN	26/08/2024	645.100	-
Banco Comercial					
e de Investimento	Term SOFR 3M +5.5%	USD	29/02/2025	672.387	-
Standard Bank	Term SOFR 3M +5.5%	USD	26/08/2024	645.400	-
				3.765.104	1.801.938
				7.486.643	7.320.678

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Face ao estado avançado de degradação da Linha de Machipanda, o CFM desenvolveu um projecto de reabilitação da mesma com o objectivo de garantir o transporte ferroviário de pessoas e bens com o mínimo de segurança garantidos, o qual ficou orçado em um investimento de cerca de USD 200 milhões, dos quais numa fase inicial seriam necessários USD 150 milhões. Para o efeito, dada a impossibilidade de financiar o montante total do investimento com fundos próprios, o CFM recorreu em 2019 a banca nacional para a contratação de financiamento de 80% do valor (USD 120 milhões e a comparticipação com fundos próprios do remanescente de USD 30 milhões. O financiamento em causa tem a maturidade de 8 anos, sendo 3 anos de período de graça, a taxa agregada da margem e da *LIBOR* aplicável respectivamente.

Financiaram o Projecto de investimento na Reabilitação da linha de Machipanda os seguintes bancos:

1. USD 79.62 milhões do Standard Bank Moçambique;
2. USD 35 milhões do BCI;
3. USD 25 milhões do ABSA Moçambique;
4. USD 7 milhões do First National Bank Moçambique.

Relativamente a comparticipação por banco o Standard bank está com 54%, o BCI com 24%, o First National Bank Moçambique, com 5% e por fim o ABSA com 17%.

A 31 de Dezembro de 2022, do montante do financiamento foram desembolsados cerca de USD135,381 milhões correspondentes a 93% distribuídos da seguinte forma:

- ✓ Standard bank com USD 79.62 milhões correspondentes a 48%;
- ✓ Banco Comercial e de Investimentos com USD35,00 milhões correspondentes a 18%;
- ✓ ABSA Bank Moçambique, SA com 24,99 milhões correspondentes a 15%; e,
- ✓ First National Bank Moçambique, com 7,0 milhões correspondentes a 4% (completamente liquidado em 2022);

O valor remanescente de USD24,96 milhões, correspondentes a 15% foram financiados através de Fundos próprios do CFM.

Condições dos empréstimos

ABSA Bank Moçambique financiou o projecto da reabilitação da linha de Machipanda em USD 25 milhões, nas seguintes condições:

- ✓ Montante: USD 25 milhões,
- ✓ Taxa de Juro: Term SOFR 3M +5.5%;
- ✓ Data de início: 31 de Março de 2023;
- ✓ Frequência do reembolso: Trimestral;
- ✓ Montante da prestação: USD 1.25 milhões;
- ✓ Hipoteca: Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa.

Banco Comercial e de Investimentos financiou o projecto da reabilitação da linha de Machipanda em USD 35,0 milhões, nas seguintes condições:

- ✓ Montante: USD 35.0 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: Term SOFR 3M +5.5%;
- ✓ Data de início: 02 de Junho de 2023;
- ✓ Frequência do reembolso: Trimestral;
- ✓ Montante da prestação: USD 1.75 milhões;
- ✓ Hipoteca: Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Standard Bank financiou o projecto da reabilitação da linha de Machipanda em USD 79.62 milhões, nas seguintes condições:

- ✓ Montante: USD 79.62 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: Term SOFR 3M +5.5%
- ✓ Data de início: 31 de Março de 2023;
- ✓ Frequência do reembolso: Trimestral;
- ✓ Montante da prestação: USD 3.98 milhões;
- ✓ Hipoteca: Não foi feita nenhuma garantia de activos mas sim através do balanço da empresa.

Em 2024 foram contraídos financiamentos de curto prazo para a aquisição de material circulante e outros fins corporativos gerais com o Banco Comercial e de Investimentos no valor de USD 15 milhões e MZN 645 milhões e com o Standard Bank no valor de USD 10 milhões.

15.2. Financiamentos do Estado

Os financiamentos do Estado são valorados no final de cada exercício a uma taxa de câmbio fixa histórica de USD 18.36MT (i) e outros pelo câmbio do fecho (ii,iii e iv) da seguinte tabela.

	Notas	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2024	2023
Não corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	318.360	312.118
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	938.271	931.256
Aquisição do Material Circulante	(ii)	1.5%	USD	02/04/2043	4.979.886	3.675.813
					6.236.517	4.919.188
Corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	37.454	37.454
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	42.088	42.088
Aquisição do Material Circulante	(ii)	1.5%	USD	02/04/2043	262.100	-
					341.642	79.542
					6.578.159	4.998.730

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em 2004 e transformadas em dois acordos de retrocessão para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP ("Railways Project Restructuring of Port") e saneamento económico e financeiro:

1. Acordo de Retrocessão nr. CA-Q0960;

- ✓ Montante: USD 19.0 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: 2%/ano;
- ✓ 10 anos de graça;
- ✓ 30 anos de pagamento do capital após o período de graça;
- ✓ Data de início: 01 de Janeiro de 2015;
- ✓ Frequência do reembolso: Anual;
- ✓ Montante da prestação: USD1.01 milhões.

2. Acordo de Retrocessão nr. CA-Q0961

- ✓ Montante: USD 30.1 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: 0,0%/ano;
- ✓ 10 anos de graça;
- ✓ 30 anos de pagamento do capital após o período de graça;
- ✓ Data de início: 01 de Janeiro de 2015;
- ✓ Frequência do reembolso: Anual;
- ✓ Montante da prestação: USD1.0 milhões.

Os acordos de retrocessão acima referidos enquadram-se no âmbito da aplicação do Diploma Ministerial Conjunto S/N de 2004 assinado entre os Ministérios do Plano e Finanças e de Transportes e Comunicações em 13 de Outubro de 2004.

(ii) Empréstimo concedido pelo Estado Moçambicano

Importa referir que o crédito concessional de 95 milhões de dólares do Exim Bank da Índia para o financiamento de aquisição do material circulante (locomotivas, vagões e carruagens) foi firmado entre dois governos da Índia e de Moçambique. Por essa via coube ao Ministério de Economia e Finanças o repasse do referido montante para CFM através do Acordo de Retrocessão. O montante em causa tem um período de maturidade de 25 anos correspondentes a 50 semestres e deverá ser amortizado ao longo de 20 anos através de uma série de 40 prestações semestrais, iguais, sucessivas e inadiáveis, após um período de diferimento de 5 anos. A taxa de juro aplicável é de 1,5%.

O seu reconhecimento nas contas do CFM é feito mediante aos desembolsos feitos pelo Exim Bank no pagamento das facturas do fornecedor RITES na conta de adiantamentos a fornecedor e a crédito na conta de empréstimos concedidos pelo Estado.

Hipoteca: Garantia do Governo de Moçambique através da escritura pública do Acordo de Retrocessão assinada entre as partes no dia 06 de Março de 2019.

- ✓ Montante: USD 95.0 milhões;
- ✓ Taxa de Juro: 1,5%/ano;
- ✓ 5 anos de graça;
- ✓ 20 anos de pagamento do capital após o período de graça;
- ✓ Data de início: 01 de Janeiro de 2025;
- ✓ Frequência do reembolso: Semestral;
- ✓ Montante da prestação: USD2.4 milhões.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

16. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro, a rubrica outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	2024	2023
Não corrente		
Reversão da Linha de Sena (Nota 16.1)	6.002.246	6.002.246
Financiamento da JICCA – Porto de Nacala (Nota 17.3)	17.784.657	17.784.657
	23.786.903	23.786.903
Corrente		
Cauções pagas	36.423	35.693
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	66.890	149.839
RITES, LTD	384.858	1.785.278
Credores partes relacionadas	130.827	152.740
Dividendos a pagar (Nota 16.2)	-	18
Salários a pagar	217.881	213.341
Outros acréscimos de gastos	598.085	76.605
	1.434.964	2.413.515
	25.221.867	26.200.418

16.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6 002 246 milhares de Meticals. Decorre ao nível do Conselho de administração conversações por correspondência junto do IGEPE e do Ministério da Economia e Finanças o projecto de transformação do referido montante em aumento de capital.

16.2. Dividendos a pagar

Dividendos a pagar ao acionista único o Estado Mocambicano deliberados em sede da Assembleia Geral.

	2024	2023
Saldo inicial	18	437.535
Dividendo declarado	1.042.625	944.675
Dividendos pagos no exercício	(1.042.643)	(1.382.192)
	-	18

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

17. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro, a rubrica outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	2024	2023
Não correntes		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 17.1)	267.321	298.882
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 17.2)	145.983	162.205
Financiamento em forma de donativo – Porto de Nacala (Nota 17.3)	1.502.489	1.585.961
	1.915.793	2.047.048
Corrente		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 17.1)	31.154	31.154
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 17.2)	16.222	16.222
Reabilitação do Porto de Nacala (Nota 17.3)	83.472	83.472
Adiantamentos de clientes	49.447	89.161
Partes relacionadas	540	702
Outras operações com trabalhadores	15.993	12.386
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS)	104.589	93.072
Segurança social (INSS)	11.179	11.430
Outros credores diversos	935.785	1.289.823
	1.248.381	1.627.422
	3.164.174	3.674.471

17.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de Meticals em 2004. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil esperada de 30 anos.

17.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira concluída em 2018 com vida útil estimada em 15 anos e este donativo, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

17.3. Reabilitação do Porto de Nacala

Em 7 de Outubro de 2023 foram inauguradas as obras de reabilitação e expansão do porto e aquisição de novos equipamentos como gruas, braços de carga de líquidos, empilhadoras de contentores e garras para carga geral e a granel, as quais permitem um aumento de 152% da capacidade de carga manuseada. O projecto de reabilitação e modernização deste porto teve a fase de emergência que custou 1.669 mil milhares de MT em forma de donativo e as fases subsequentes I e II no montante de 17.785 mil milhares de MT em forma de empréstimo concessional ambas financiadas pela JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Este projecto foi executado a luz da cooperação existente entre o GoM e do Japão com base no qual através da JICA foram concedidos o donativo e empréstimo concessional acima referenciados a favor do GoM. Refira-se que o porto de Nacala é um activo propriedade do GoM e por força do empréstimo concessional este assume a responsabilidade de gestão do mesmo ate a tomada de decisão de celebração de um acordo de retrocessão com a entidade que for a gerir o porto de Nacala em sua representação, no caso, o CFM ou por via de concessão a entidade privada.

18. Provisões

Em 31 de Dezembro, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	2024	2023
<u>Não corrente</u>		
Fundo de pensões (Nota 18.1 e 18.3)	4.689.649	4.315.815
	4.689.649	4.315.815
<u>Corrente</u>		
Provisões para férias	6.647	5.706
Provisões para processos judiciais (Nota 18.2)	73.597	128.626
Provisões para impostos	62.327	62.327
	142.571	196.659
	4.832.220	4.512.474

18.1 Movimento das provisões

Durante o exercício houve movimentação na rubrica Provisões:

	2024	2023
Em 1 de Janeiro de 2024	4.512.474	3.289.616
Fundo Xiporo	373.834	1.245.657
Aumento em outras provisões	3.877	10.013
Reversão	(7.965)	(27.265)
Utilização	(50.000)	(5.547)
Em 31 de Dezembro de 2024	4.832.220	4.512.474

18.2 Provisões para processos judiciais

A provisão para processos judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

18.3 Fundo Xiporo

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro são:

Pressuposto financeiro	Responsabilidades em MZN 2024	Responsabilidades em MZN 2023
Idade normal de reforma	60 homens/55 mulheres	60 homens/55 mulheres
Taxa de desconto	11.50%	11.80%
Taxa de inflação de preços	5.50%	5.70%
Taxa de inflação de salários	6.50%	6.70%
Incremento das pensões (percentagem da inflação dos salários)	4.69%	4.50%
Taxa de juro (pros-reforma)	6.50%	6.50%
Tábua de Mortalidade (pós-reforma)	PA (90) +3	PA (90) +3
Tábua de Mortalidade (pré-reforma)	N/A	N/A
Pensão do cônjuge (homens quatro mais velhos)	30% reversível	30% reversível
% dos casados na reforma	80%	80%

Os participantes do plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2024	2023
Activos	4.223	4.357
Reformados e pensionistas	485	374
	4.708	4.731

A aplicação da NCRF 19 traduz nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro:

	2024	2023
Valor actual das responsabilidades de serviços passados	8.375.653	6.989.498
Valor dos activos do fundo	(3.686.004)	(2.673.683)
Défi ce de financiamento	4.689.649	4.315.815

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e pode ser analisada como segue:

	2024	2023
Responsabilidades em 1 de Janeiro	6.989.498	5.307.972
Custo dos juros	825.869	775.303
Custo de serviço corrente	215.833	2.771.184
Ganhos/Perdas actuariais	569.558	(1.690.966)
Pensões pagas	(225.105)	(173.995)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	8.375.653	6.989.498

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2024	2023
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	2.673.683	2.237.814
Rendimento esperado	352.481	272.722
Contribuições da empresa	801.199	324.125
Ganhos/(perdas) actuariais	83.746	13.066
Pensões pagas	(225.105)	(174.044)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	3.686.004	2.673.683

Os activos do fundo de pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2024	2023
Depósitos à ordem	121.815	6.026
Depósitos a prazo	27.816	107.000
Instrumentos de capital e unidades de participação	7.065	6.472
Títulos de dívida pública	3.148.698	2.208.734
Outros títulos de dívida	249.568	241.660
Devedores	82.286	415.895
Valores a pagar	(48.756)	(312.103)
	3.588.492	2.673.683

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2024	2023
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	4.315.815	3.070.158
Aumento Registado na Demontração de resultados	373.834	1.245.657
Responsabilidades em 31 de Dezembro	4.689.649	4.315.815

Para financiar o défice da responsabilidade inicial para com o Fundo de Pensões relativamente aos serviços passados, foi acordado no contrato constitutivo do Fundo que os CFM irão fazer contribuições mensais de 16 361 613 MZN e 99 577 USD durante vinte anos.

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	2024	2023
Fornecedores de combustíveis	277.974	630.994
Fornecedores das locomotivas e acessórios	380.707	244.644
Fornecedores do material de construção da via	1.010.118	617.451
Fornecedores dos serviços de dragagem	217.639	306.191
Fornecedores de construções	147.176	328.264
Outros fornecedores	348.218	352.782
	2.381.832	2.480.326

20. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	2024	2023
Estadias	550.450	674.125
Exportações	565.574	521.769
Importações	1.257.617	1.159.680
Pilotagem	153.611	66.764
Rebocadores	556.152	457.118
Transporte de passageiros	316.871	313.550
Transporte e manuseamento de mercadorias	16.082.893	14.754.165
Outros serviços prestados	1.058.769	1.350.865
	20.541.937	19.298.036

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

21. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	2024	2023
Remunerações da administração	153.421	167.170
Remunerações de outros colaboradores	4.700.795	4.453.424
Encargos com as remunerações	89.618	86.621
Ajudas de custo	64.938	50.867
Indemnizações de trabalhadores	15.011	385
Pensões	130.151	81.362
Seguros de acidentes de trabalho e doença	8.932	8.929
Custos de acção social	221.088	196.316
Fundo Xiporo - contribuições	521.115	491.508
Fundo Xiporo – custo com pensões (Nota 18)	373.834	1.245.657
Outros custos com pessoal	778.407	628.710
	7.057.310	7.410.949

O número de trabalhadores em 2024 e 2023 foi de 5.560 e 6.496 colaboradores, respectivamente.

22. Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante o ano foram como segue:

	2024	2023
Água e electricidade	376.835	331.644
Combustíveis e lubrificantes	1.494.272	1.600.897
Ferramentas e utensílios	43.002	24.600
Materiais de manutenção e reparação	431.502	437.259
Material de escritório	99.560	75.135
Serviços de dragagem	735.974	871.936
Estiva	2.021.799	1.854.339
Manutenção e reparação	843.695	696.775
Transporte de carga e de passageiros	28.101	5.687
Comunicações	82.970	149.031
Publicidade e propaganda	67.687	64.998
Deslocações e estadas	252.045	216.626
Despesas de representação	4.793	8.828
Contencioso e notariado	2.379	2.850
Rendas e alugueres	550.463	333.141
Seguros	131.028	130.545
Limpeza, higiene e conforto	214.155	184.666
Vigilância e segurança	513.915	396.621
Trabalhos especializados	649.605	478.761
Intercâmbio de material circulante	76.715	199.705
Outros fornecimentos e serviços	377.162	357.329
	8.997.657	8.421.373

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

23. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais durante o ano foram como segue:

	2024	2023
Ganhos		
Concessões		
Rendas fixas	761.696	630.229
Rendas variáveis	3.376.826	2.362.290
Honorários de gestão	318.613	299.249
Aluguer de outros equipamentos	159.440	102.052
Subsídios para investimentos	130.844	47.377
Alienação de activos tangíveis	25.916	24.913
Outros rendimentos e ganhos	504.049	556.507
	5.277.384	4.022.617
	2024	2023
Perdas		
Impostos e taxas	(168.626)	(165.418)
Multas e penalidades	(1.827)	(27.114)
Alienação de activos tangíveis	(15.028)	(2.880)
Donativos	(3.500)	(63.230)
Quotizações	(3.021)	(3.134)
Programas de responsabilidade social	(116.303)	(59.521)
Clube de actividades desportivas	(352.641)	(409.298)
Indemnizações	(3.631)	(1.758)
Outros gastos e perdas	(141.583)	(18.046)
	(806.160)	(750.399)
	4.471.224	3.272.218

24. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro foram como segue:

	2024	2023
Juros obtidos	79.355	110.329
Rendimentos de partes sociais	774.147	863.121
Diferenças de câmbio favoráveis	309.868	307.617
Dividendos recebidos	1.687.333	2.200.364
Outros rendimentos e ganhos financeiros	64.870	56.475
	2.915.573	3.537.906

Notas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

25. Gastos financeiros

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024	2023
Juros suportados	(847.385)	(14.245)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(203.552)	(318.188)
Outros gastos e perdas financeiras	(30.629)	(34.581)
	(1.081.566)	(367.014)

26. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	2024	2023
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.611.599)	(1.736.078)
	(1.611.599)	(1.736.078)
Diminuição em activos por impostos diferidos	(118.744)	(86.827)
	(118.744)	(86.827)
	(1.730.343)	(1.822.906)

A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de relato foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de Meticals)

26.1. Reconciliação da taxa de imposto

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 37% (2023: 36%).

	Taxa de Imposto	31 de Dezembro 2024	Taxa de Imposto	31 de Dezembro 2023
Resultado antes de imposto		4 310 285		4 801 835
Imposto a pagar a taxa nominal	32%	1 379 291	32%	1 536 587
Correções Fiscais				-
Variações patrimoniais <u>positivas</u> não reflectidas no resul	0.00%		0.00%	
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	17.30%	871 221	9.85%	534 606
Diferenças de câmbio não realizadas	2.61%	131 226	2.47%	133 778
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	3.65%	183 601	7.47%	405 537
Realizações de utilidade social não enquadráveis	20.53%	1 033 909	31.59%	1 713 954
Donativos não previstos	6.58%	331 151	3.55%	192 663
Multas, coimas, juros compensatórios	0.04%	1 827	0.50%	27 114
Indemnizações por eventos seguráveis	0.07%	3 582	0.03%	1 886
50% das ajudas de custo	0.03%	1 539	0.03%	1 384
80% das despesas de representação	0.08%	3 835	0.13%	7 062
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor	0.45%	22 901	0.39%	21 161
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	1.63%	82 334	1.55%	83 940
Menos-valias contabilísticas	0.03%	15 019	0.05%	2 881
Mais-valias fiscais	0.52%	25 945	0.46%	24 999
Ofertas	0.01%	683	0.08%	4 108
Imposto sobre o valor acrescentado	1.39%	70 082	1.93%	104 857
Reposição de provisões tributadas	-4.97%	(250 316)	-5.67%	(307 544)
Reposição das diferenças de câmbios tributadas – (art 22 c) CIRPC	0.00%	-	-	-
Mais-valias contabilísticas	-0.52%	(25 945)	-0.46%	(24 999)
Menos-valias fiscais	-0.03%	(15 019)	-0.05%	(2 880)
Diferenças de câmbio não realizadas	-1.47%	(74 281)	-1.86%	(100 732)
Dupla tributação económica de lucros distribuídos art 40 do CIRPC	-33.50%	(1 687 333)	-40.56%	(2 200 364)
Resultado fiscal		5 036 246		5 425 245
Resultado Tributavel		5 036 246		5 425 245
Imposto corrente	32.00%	1 611 599	32.00%	1 736 078
Taxa efectiva do imposto		37%		36%
Saldo no Inicio		(410 493)		(129 134)
Retenção na fonte	-	(272 763)	-	(214 205)
Pagamento por conta	-	(1 387 942)	-	(1 418 537)
Outras Retenção na fonte		-		(1 013)
Pagamento final		(103 337)		(383 683)
Imposto a receber	-	(562 936)	-	(410 493)

26.2 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	2024	2023
Activos tangíveis		
Diferenças cambiais não realizadas	168.859	150.637
Imparidades de contas a receber	293.245	412.903
Provisões	45.623	62.931
	507.727	626.471

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Activos tangíveis	Diferenças cambiais	Contas a receber	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	52.016	140.062	450.993	70.227	713.298
Imputado / (creditado) ao resultado	(52.016)	10.575	(38.090)	(7.296)	(86.828)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	150.637	412.903	62.931	626.471
Imputado / (creditado) ao resultado	-	18.222	(119.658)	(17.308)	(118.744)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	-	168.859	293.245	45.623	507.727

26.3 Reconciliação de impostos pagos

A reconciliação do imposto pago durante o exercício pode ser analisada como segue:

	2024	2023
Saldo em 01 de Janeiro	103.337	383.683
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	1.611.599	1.736.078
Retenções na fonte	(272.763)	1.013
Imposto a recuperar final	49.106	(103.337)
	1.491.278	2.017.438

27. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

27.1. Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo	153.421	167.170
	153.421	167.170

27.2. Transacções com partes relacionadas

	2024	2023
Vendas e prestações de serviços		
Cornelder de Moçambique S.A.	3.037.095	1.217.241
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	4.932.258	1.598.047
Corredor de Desenvolvimento do Norte	-	691.054
	7.969.353	3.506.342

As vendas e prestações de serviços a partes relacionadas correspondem as rendas de Concessão, dividendos facturados e fees de gestão.

27.3 Saldos com partes relacionadas

	2024	2023
<u>Clientes</u>		
Concessões, Tráfego e Outros		
MPDC- Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	96.299	370.911
Cornelder de Moçambique S.A.	118.318	424.105
Cimentos de Moçambique, S.A.	12.798	18.695
DP World	2.840	3.546
Terminal de carvão da Matola	14.018	7.335
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	2.140	29.078
	246.413	853.670
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	30.875	111.558
Transnet Freight Rail	106.594	106.973
eSwatini Railways	53.361	85.567
	190.830	304.098
	437.243	1.157.768

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticais)

Os saldos a receber das partes relacionadas correspondem aos valores não pagos resultantes das faturas de rendas de concessão, fees de gestão, tráfego de cargas, e dividendos. As administrações estrangeiras correspondem as faturas do intercâmbio de vagões.

	2024	2023
<u>Outros activos financeiros</u>		
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	6.004	21.189
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
CFM – Logistics	1.577.004	72.668
	1.588.994	99.843

Os outros activos financeiros correspondem a aos saldos de Suprimentos concedidos as empresas participadas.

	2024	2023
<u>Estado</u>		
Empréstimos obtidos.	6.578.159	4.998.730
	6.578.159	4.998.730

Os empréstimos obtidos através do Estado correspondem as responsabilidades repassadas para o CFM pelo Estado em forma de Acordos de retrocessão.

28. Compromissos e contingências

28.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 73.596 milhares de Meticais em 2024 e 128.626 milhares de Meticias em 2023.

28.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

28.3 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2024, apresenta-se como segue:

Beneficiário	Finalidade	Valor	Moeda	Banco
Tribunal do Trabalho da Cidade de Maputo	Processos judiciais em curso	3.474.286,50	MZN	BCI

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticais)

29. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêem periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

29.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

29.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

	2024	2023
Empréstimos bancários	7.486.643	7.320.678
Financiamentos do Estado	6.578.159	4.998.730
Total	14.064.802	12.319.408
Caixa e equivalentes de caixa	5.461.384	5,607,737
	(8.603.418)	(6,711,672)
Redução de 50 pontos percentuais	(43.017)	(33.558)

O impacto de um aumento/redução de 50 pontos-base nas taxas de juro, com todas as outras variáveis constantes terá um efeito de 43.017 milhares de Meticais (2023: 33.558 milhares de Meticais) de aumento/redução no lucro antes de impostos.

29.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rande. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2024		2023	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	63.27	64.54	63.27	64.53
Rands Sul-Africanos	3.38	3.44	3.44	3.50
Euros	66.12	67.47	69.95	71.34

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	Dólar Norte-Americano (USD)	Rand Sul-Africano (ZAR)	Euro (Eur)	Dólar Zimbabweano (ZWD)	Total
2024					
Activos financeiros:					
Clientes	1.737.130	233.046	-	-	1.970.176
Caixa e equivalentes de caixa	4.575.292	211.778	10.411	-	4.797.481
	5.783.309	329.785	10.411	-	6.767.657
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(99.626)				(99.626)
Empréstimos obtidos	(14.064.802)				(14.064.802)
	(14.164.428)				(14.164.428)
Activos financeiros líquidos	(7.852.006)	444.824	10.411		(7.396.771)
2023					
Activos financeiros:					
Clientes	1.208.017	118,007	-	-	1.326.024
Caixa e equivalentes de caixa	4.738.085	168,697	12.322		4.919.105
	5.946.102	286.704	12.322		6.245.129
Passivos financeiros:					
Fornecedores		-	-	-	-
Empréstimos obtidos	(12.319.408)				(12.319.408)
	(12.319.408)				(12.319.408)
Activos financeiros líquidos	(6.373.306)	286.704	12.322		(6,074,279)

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

Análise de sensibilidade da moeda estrangeira

O Dólar Norte-Americano, e o Rand Sul Africano, são as moedas principais a que a Empresa está exposta.

A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

	USD			ZAR		Other	
	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição	
2024							
Ganho / (perda)							
Activos							
financeiros	578.331	(578.331)	32.979	(32.979)	1.041	(1.041)	
Passivos							
financeiros	(1.406.480)	1.406.480	-	-	-	-	
2023							
Ganho / (perda)	(758.132)	758.132	16.870	(16.870)	1,232	(1,232)	
Activos							
financeiros	473.809	(473.809)	16.870	(16.870)	1,232	(1,232)	
Passivos							
financeiros	(1.231.941)	1,231.941	-	-	-	-	

29.4 Risco de crédito

O risco de crédito na empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.461.384	5.607.737
Clientes	3.159.432	3.302.093
Outros activos financeiros	1.720.567	210.815
Outros activos correntes	8.297.983	-
	18.639.366	9.120.645

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

A empresa avaliou todos os saldos de clientes vencidos quanto à sua recuperabilidade e acredita que a sua qualidade de crédito se mantém intacta. Uma decomposição dos saldos de clientes vencidos, mas sem imparidade é apresentada como segue:

	2024	2023
Vencidos dias correntes		
Vencidos entre 1-30 dias	2.655.736	2.655.736
Vencidos entre 61-90 dias	190.486	190.486
Mais de 90 dias	554.262	455.871
	3.400.484	3.302.093

29.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano a 5 anos	Mais de 5 Anos	Total
2024				
Fornecedores	2.381.832	-	-	2.381.832
Outras contas a pagar	935.784	-	-	935.784
Empréstimos obtidos	4.106.746	3.721.539	6.236.517	14.064.802
Outros passivos financeiros	19.219.621	-	6.002.246	25.221.867
	26.643.983	3.721.539	12.238.763	42.604.285
2023				
Fornecedores	2.480.326	-	-	2.480.326
Empréstimos obtidos	1.881.480	5.518.471	4.919.188	12.319.408
Outros passivos financeiros	20.198.172	-	6.002.246	26.200.418
	24.559.978	5.518.471	10.921.434	41.000.152

29.6 Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticals)

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	2024	2023
Total dos empréstimos	14.064.802	12.319.408
Total dos passivos financeiros	25.221.867	26.200.418
Total da dívida	39.286.669	38.519.826
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(5.461.384)	(5.607.737)
Dívida líquida	33.825.285	32.912.090
Capital próprio	48.968.840	47.621.143
	82.794.125	80.533.232
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	41%	41%

29.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transacciona instrumentos financeiros, mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

29.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de Meticais)

29.9 Categoria dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros detidos pela entidade são ao custo amortizado e estão abaixo apresentados.

	2024	2023
Clientes	3.159.432	3.302.093
Outros activos financeiros	1.720.567	210.815
Caixa e equivalentes de caixa	5.461.384	5.607.737
	10.341.383	9.120.645
Empréstimos obtidos	(14.064.802)	(12.319.408)
Fornecedores	(2.381.832)	(2.480.326)
Outros passivos financeiros	(25.221.867)	(26.200.418)
	(41.668.501)	(41.000.152)
(Passivos) / activos financeiros líquidos	(31.327.118)	(31.879.507)

Outras informações

No âmbito das mais variadas iniciativas de cariz social e apoio no desenvolvimento das comunidades, o CFM, financiou a construção de uma Escola na Província de Cabo-Delgado.

No Sector ferro portuário de que o CFM é um dos actores importantes a par das concessionárias na sua dinamização é o Sector de Logística por Excelência, pressionando o transporte e desempenho de um papel fundamental, obrigando a construção de novas infra-estruturas e a modernização das já existentes, com destaque:

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO SUL:

1. Duplicação da Linha de Ressano Garcia – II Fase

Cujo arranque está dependente do traçado da construção da barragem Moamba Major e possível impacto que poderá exigir do desvio do actual traçado da linha.

2. Projecto de Integração entre o SGOF (Sistema de Gestão de Operações Ferroviárias) do CFM e o RAN (Rail Arrival Notification) do MPDC

Ainda esta em curso o processo de integração entre os sistemas SGOF do CFM e RAN do MPDC de modo que os dados possuídos pelo CFM sejam partilhados em tempo real com o MPDC e vice-versa para melhorar o processo de gestão do *interface* e alcançar melhor eficiência. Com o processo em alusão será possível obter as seguintes informações, i) Previsão de chegada de vagões ao Porto; ii) Dados de fornecimentos; iii) Estado da descarga/Carregamento; iv) Notificação do fim das operações (Carga/Descarga no Porto); v) Dados das Consignações; vi) Pedido de retirada; vii) Registo da revisão de material; e viii) Notificação do percurso do comboio (partida e chegadas das estações). Com a implementação desta integração, os processos de Inspeção conjunta na Bossa (CFM-MPDC) e revisão conjunta na fronteira de Komatipoort (CFM-TFR) terão reflexos em tempo real no sistema SGOF do CFM.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO CENTRO

Projecto de aumento da tubagem do Terminal de Petróleos (TP) da Beira. O actual TP possui um cais e capacidade média em situação de operação ininterrupta para movimentação de 2.5MTA e foi projectado para navios com porte de 60.000 DWT e LOA 230m as operações iniciaram em 1994. Em termos estruturais este cais é constituído por uma Plataforma central e 6 duques d'alba de assentes em caixões cilíndricos revestidos por estacas prancha. Neste momento decorre avaliação das propostas técnicas e financeiras para adjudicação desta empreitada.

1. Posicionamento do CFM na indústria de Petróleo e gás em Moçambique

O CFM criou em 2023 uma SPV denominada CFM Logistics, SA. A CFML tem como missão específica de apoiar o desenvolvimento e materialização de projectos de Oil & Gas (green field LNG) em Moçambique, actuando como um dos pilares do conteúdo local, prestar serviços de logística e influenciar a estrutura de uma indústria do sector preparada para os desafios do futuro.

Surge com uma visão clara de posicionar-se como actor incontornável na solução de logística na indústria de Oil & Gas em Moçambique para além de prestar outros serviços que possam agregar valor à sua missão.

O primeiro ano de sua criação serviram de vector para a sua afirmação no mercado, desencadeando acções que resultaram em parcerias que permitissem a sua visibilidade na esfera nacional

e internacional como referência ímpar tratando-se de subsidiária de uma Empresa secular os CFM, EP, herança que extravasa quaisquer valores no país.

Existem, ainda, outras reservas prováveis na Bacia do Rovuma e cerca de 6 Tcf na zona sul. Outras potenciais reservas na Bacia do Buzi, ainda em fase inicial de estudos exploratórios, dão uma indicação do imenso potencial em hidrocarbonetos existentes em Moçambique.

A adopção de uma estratégia integrada para a monitorização destes abundantes recursos petrolíferos e a sua conversão em factores de desenvolvimento socioeconómico do País deve ser visto como um factor determinante e de definição do sucesso.

A estratégia deve (necessariamente) promover o Conteúdo Local almejando sempre a felicidade económica dos moçambicanos, por via da industrialização e a participação dos mesmos nas diversas oportunidades de negócio que poderão ser geradas nas vertentes de exploração e produção (upstream), armazenamento, logística e transporte (midstream) e processamento (downstream).

Os Projectos da Bacia de Rovuma têm o potencial de:

Transformar a economia moçambicana, tornando-a robusta e geradora de elevadas receitas para o Estado.

Estimular oportunidades imensuráveis e o crescimento de empresas moçambicanas, sem comprometer a competitividade da indústria de O&G.

Fomentar o desenvolvimento humano e social e propiciar igualdade de acessos e oportunidades, podendo contribuir para uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Sendo o CFM um actor importante na logística ferro-portuária, afigura-se pertinente o seu envolvimento na indústria de O&G, com as premissas de:

Implantação, exploração e desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e/ou serviços de logística portuária e de transporte em Moçambique, em geral, interessam ao CFM por ser parte da sua missão e escopo de actividade. É do interesse do CFM:

Construção e Operação do Porto MultiUso de Palma (Afungi, Palma)

Prestação de Serviços Marítimos (Pemba & Afungi)

Prestação de Serviços e Logística Portuária (Nacala, Pemba & Afungi)

Transporte Marítimo de LNG (Afungi para o resto do Mundo)

O envolvimento do CFM assenta-se na seguinte base:

O CFM tem a obrigação de captar as oportunidades de negócio que os Projectos de Gás geram para o sector dos transportes (incluindo, por via da Satisfação do Conteúdo Local), através:

Incremento da competitividade das Empresas Moçambicanas e da Economia, assegurando a provisão de serviços requeridos para atender as necessidades da indústria de petróleo e gás.

Obtenção de ganhos para Empresa/Economia, gerando a antecipação das receitas do gás.

Desenvolvimento do linkage e sinergias a nível do sector empresarial público e privado moçambicano e o valor acrescentado.

Criação de emprego e transferência de know-how para os Moçambicanos qualificados ou não, participando na cadeia de fornecimento e na cadeia de valor do petróleo e gás.

O envolvimento do CFM justifica-se pelo facto de:

O Governo ter conferido ao CFM a especial missão de participar e envolver-se em negócios de O & G (Ex: LNG Shipping – Área 1), o que deve permitir:

Empoderamento de Moçambique nos negócios de O & G: hoje - Área 1 (Afungi), amanhã - Área 4 (Offshore), depois - Área 5 (Angoche);

Diversificação e agregação de novos negócios para o CFM, com a participação na indústria de O & G.

O CFM criou uma nova sociedade, denominada CFM- Logistic para fazer face a várias frentes e oportunidades na indústria de O & G.

2. Investimentos previstos para o ano 2025

Para o ano 2025 o CFM continua comprometido em realizar investimentos em activos ferro-portuários ligados a infra-estrutura bem como no incremento do material circulante para fazer face a contento das previsões de tráfego em todos os corredores em que a gestão está sob sua alçada. Para o efeito, o destaque vai para os seguintes projectos:

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO SUL:

Aquisição de material circulante de modo a gradualmente absorver grande parte de mercadorias tradicionalmente transportados na ferrovia que se encontram a ser transportadas, também, na rodovia no corredor de Maputo para as Linhas de Goba, Ressano Garcia e Limpopo;

Conclusão da Implementação do Sistema de Telecomunicações (LTE – Long Term Evolution) através da tecnologia 5G na linha de Goba

Conclusão da Fase I do Projecto de duplicação da Linha de Ressano de Garcia (42km de Matola Gare a Secongene) no âmbito do Plano Quinquenal do Governo 2020/2024;

Continuação da execução do Projecto de Requalificação da Estação Central de Maputo;

Conclusão da construção da ponte ferroviária sobre o rio Tembe na linha de Goba e respectiva linha férrea de conexão.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO CENTRO:

Reposição da capacidade operacional, face aos danos causados às infraestruturas ferro-portuárias pelos ciclones IDAI, Ana e recentemente do Filipo;

Dragagem de manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Beira;

Implementação do Sistema de Telecomunicações (LTE – Long Term Evolution) através da tecnologia 5G na linha de Sena;

Aquisição de material circulante, financiado pelo Exim Bank para fazer face a concorrência do tráfego rodoviário, numa perspectiva de complementaridade;

Conclusão do Estudo do Projecto de Engenharia para expansão da capacidade do Terminal de Petróleos da Beira;

Instalação do Sistema de Controlo de Tráfego de Navios (VTS) e do Sistema de Gestão Integrado e Controlo de Veículos no porto da Beira.

DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO NORTE:

Investimento e ampliação do Porto de Pemba tendo em vista maximizar o volume de negócio gerado com a implantação do projecto do Óleo e Gás.

Reposição das condições para o reatamento das actividades com normalidade no Porto de Mocimboa da Praia.

3. Investimentos e Acções Estratégicas

SEDE:

Investir em novas áreas estratégicas de negócio (ex: Óleo e Gás no âmbito do Conteúdo Local);

Harmonização com a Autoridade Tributária sobre os horários de trabalho na Ferrovia e no Porto de modo a otimizar a eficiência operacional e satisfação dos clientes utentes dos mesmos;

Reflexão sobre os actuais problemas de gestão operacional com as administrações vizinhas (TFR e NRZ) que impactam na demanda de tráfego para os corredores de Maputo e da Beira e possível apoio na solução dos mesmos com envolvimento de todos intervenientes na cadeia logística.